

UMA FAMÍLIA GLORIOSA AFRICANA

Régia Mabel da Silva Freitas¹

“A Gloriosa Família” – O Tempo dos Flamengos – é um romance pós-modernista do escritor angolano Antônio Carlos Maurício Pestana, mais conhecido pelo seu pseudônimo Pepetela, que apresenta uma descrição minuciosa do cotidiano do holandês Baltazar e de toda a sua família Van Dum. A narrativa, em que se misturam elementos fictícios e fatos históricos, acontece em Luanda, de 1642 a 1648, ou seja, da dominação dos flamengos (holandeses) à expulsão destes e reconquista portuguesa. Esta família, núcleo básico de organização social, ratifica o princípio africano “eu pertencço, logo existo” desde os filhos legítimos até os bastardos.

O narrador, um escravo guarda-costas, filho de uma negra e um padre napolitano, só foi efetivamente reparado pelo seu dono, Baltazar, duas vezes: quando o recebeu de presente da rainha (rei) Jinga Mbandi e quando o viu chorar pela prisão de sua mãe de criação Mocambo (D. Bárbara) – irmã da rainha Jinga. Assim, esta propriedade semovente é considerada por ele, como analfabeta e muda de nascença, por isso não se importava com a sua presença. Este narrador, ciente da sua condição servil, diz que sua missão era servir de relator do que acontecia com a família Van Dum, pois foi criado para descrever os fatos, tal como vivia o seu dono e a sua gloriosa descendência. Ele utiliza a primeira pessoa do singular e os discursos direto, indireto e indireto livre. Embora afirme que “a neutralidade tradicional é necessária para a narrativa” (1997, p. 183), delata os fatos com bastante subjetividade e uma impagável ironia.

Baltazar Van Dum era um comerciante que traficava escravos para o Brasil. Ele vivia na Luanda portuguesa, casado oficialmente com D. Inocência (negra), e tinha

três filhos mortos e oito vivos: Ambrósio, Ana, Benvido, Gertrudes, Hermenegildo, Matilde, Rodrigo e Rosário. Também tinha vários “filhos do quintal” (bastardos), mas só reconheceu Catarina, Nicolau e Diogo. Esta numerosa família mestiça não era muito bem vista, pois estava do lado dos portugueses; mas, devido às amizades influentes, sempre se salvava de alguma situação constrangedora com os mafulos. Este patriarca considerava sua família como o bem mais precioso e sempre tentou mantê-la unida. Todos aprendiam com ele, pois dava aula de política para educar seus filhos. Nesta grande sanzala, moram também dois forros agregados, Ngonga e Kundi, e suas famílias em cubatas próximas, o “faz-tudo” Dimuka e, claro, muitos escravos.

Durante os sete anos da narrativa, vários fatos marcaram a vida da família Van Dum. A atitude diplomática do protagonista sempre lhe proporcionou grandes venturas: boas relações sócio-políticas, com portugueses e holandeses; casamentos ascendentes para os filhos (Gertrudes com o feitor de plantação, de ascendência judia, Manuel Pereira e Rodrigo com a filha do Mani-Luanda Nzuzi/Cristina) e o trânsito livre pelas Luandas (portuguesa e holandesa). Esta diplomacia, inclusive, permitiu a sua permanência, após a expulsão dos holandeses, em 1648. Ao longo da narrativa, esta família gloriosa, entretanto, também passa por momentos de adversidade, que viram escândalos, a saber: Matilde desonrou a família duas vezes, pois engravidou antes do casamento e depois traiu o marido; Thor (escravo) desonrou Ana na senzala e Ambrósio manteve uma ligação espúria com a degredada Angélica Ricos Olhos. Nestes momentos, a honra da família sempre era lavada, com discussões, punições e até mesmo com a morte, como foi o caso da decapitação de Thor.

Vale ressaltar que o misticismo também está muito presente neste enredo, a saber: as visões de Matilde, o caso do leão cazumbi, a história da lagoa do Kinaxixi e a pomba jogada pelo narrador a Redinckove, por ter desonrado a sua amada Catarina. Esta desonra, entretanto,

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania (UCSal), pesquisadora de relações étnico-raciais no GAPPS (Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais) e no NPEJI (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades e Cidadania), ambos da UCSal.



não foi descoberta e alardeada (por ser filha bastarda), limitando-se aos amantes, ao narrador e às irmãs mais próximas. Em toda a narrativa, os bastardos são apenas personagens secundários. Entre guerras civis e militares, acordos políticos e nupciais, por interesse e discursos falaciosos, “...os Van Dum se multiplicam...” (1997, p.348) e cresce a linhagem notável desta gloriosa família mestiça (outrora profetizada por Matilde!), em pleno século XVII.

Segundo Ki-Zerbo (1980, p. 27), “a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade”. Esta assertiva permeia todo esse romance, pois o escravo-narrador, através de uma crônica descritiva, mas também cheia de imaginação, em Luanda (1642 a 1648), apresenta uma “revisão” original da História Geral da África. Com tom sarcástico, o narrador relata, sob o seu ponto de vista, as histórias do seu dono Baltazar Van Dum: crítica o discurso: “...os brancos dizem que não temos histórias...” (1997, p. 120); julga comportamentos cotidianos: “...os brancos armam sempre confusão por causa de mulheres...” (1997, p. 235), ou atitudes: “...os brancos são mesmos complicados...” (1997, p.314); confessa um aprendizado: “...as vantagens da dissimulação e do recato...” (1997, p.232) e até elogia: “Ah, grande Van Dum, um vivaço!” (1997, p. 232).

O “olhar do outro” é sempre uma visão limitada, unilateral e, às vezes, até preconceituosa. É possível exemplificar, neste romance africano, vários discursos: o cristão-novo é sempre tratado com desconfiança (1997, p.22); os mulatos, mesmo sendo padres, estão ligados a feitiços (1997,p.99); os guerreiros jagas não possuíam amor filial, pois vendiam até a mãe (1997, p.225); a Jinga é considerada, diabolicamente, inteligente e hábil (1997, p. 262), o mulato é considerado fruto do pecado, uma aberração, um monstro, um ser contra a Natureza (1997, p. 377) entre outros. Alguns destes julgamentos consagram a superioridade da crença, como a crítica do padre Tavares aos cultos afros, chamando-os de cerimônias demoníacas, com cenas de feitiçaria e o kimbanda (adivinho) Sukeko ser considerado um macaco crédulo do diabo. No episódio da visita do padre Tavares à sanzala dos Van Dum, ele queimou todos os objetos (ídolos) e deitou água benta nas cubatas dos escravos, que nem puderam protestar por lhe roubarem os deuses.

Às vezes, este preconceito é generalizado e chega ao extremo de inferiorizar toda uma etnia, ao afirmar que os escravos não têm direitos nem liberdade (1997, p. 14), não podem manifestar sentimentos e juízos (1997, p. 18); enfim, considera-os objetos animados (1997, p. 142). Assim, eles estavam expostos a todo tipo de violência coercitiva. Lovejoy (2002, p. 33) corrobora, ao

afirmar que “...chibatadas, confinamentos, privação de alimento, trabalho pesado extra e a capacidade de dispor dos escravos através da venda eram meios de coerção”. Infelizmente, havia também a perpetuação do complexo de inferioridade pela própria etnia, como a visão de D. Inocência que considerava os casamentos de Gertrudes e Matilde um avanço da raça, por terem filhos com brancos. Rodrigo e Hermenegildo, entretanto, atrasaram, em relação ao ideal de alvura, por procriarem, respectivamente, com Cristina e Dolores – ambas negras. Além da coerção, havia também a obrigação sexual das escravas, que serviam para aquecer uma parte da noite do seu dono (1997, p. 226) ou para serem engravidadas (1997, p. 165) e, posteriormente, privadas da companhia da prole. Assim, o dono tinha o direito de fazer com a sua mercadoria “humana” o que quisesse, inclusive separar mães e filhos, proibi-las de assistir ao batizado etc. O narrador confessa que a única liberdade que possuía era saltar no tempo com a imaginação.

Esta submissão imposta desde os primórdios desfigura e mascara toda a riqueza cultural desse povo e a história de todo o continente africano. Na visão eurocêntrica, o primitivismo, o exotismo, as catástrofes e a uniformidade da África são caricaturados na História. Divulgam-se apenas o clima assustador (1997, p. 17), a paisagem íngreme (1997, p. 89), as matas impenetráveis (1997,p. 224) e as zonas espinheiras cerradas desabitadas por gente e bicho (1997, p. 299), desconsiderando toda a riqueza bionatural além da cultural. A África é vista como uma “massa compacta, imensa e vaga aos pés do continente europeu. Território indiferenciado e uniforme. Reservatório de minérios, diamantes e culturas exóticas”. (REGINALDO, 2002, p. 102).

Quanto à diversidade linguística, o olhar sobre a África aponta uma homogeneidade inexistente. O narrador poliglota (português, kimbundo, flamengo, castelhano e francês), por exemplo, relata atos interlocutivos, na bodega e na casa do protagonista, recheados de idiomas. O ápice desta polissemia discursiva é o diálogo em que várias línguas são misturadas (1997, p. 114). Costa e Silva (1992, p. 38) ratifica, ao afirmar que “a África é rica em diversidade, fraciona-se em incontáveis culturas e fala numerosíssimos idiomas”. Esse desrespeito linguístico, invade também o âmbito identitário-lexical, ao rebatizar pessoas (Nzuzi/Cristina, Mocambo/Bárbara, Henri/Henrique) e até a terra (Mbanza-Kongo/São Salvador). Este desrespeito também aconteceu com vários outros países que tiveram seus nomes alterados pelos europeus, dentre eles, as Rodésias meridional (Zimbábue) e setentrional (Zâmbia) (OLIVER, 1994, p. 257).

No âmbito religioso, a invasão foi ainda maior e

culminou na catolização e conversão dos africanos. Na verdade, como diz Vainfas (2007, p. 67), “houve uma catolização da religiosidade banto e africanização do catolicismo”, pois, apesar dos inúmeros batismos, havia poligamia (duque Mbata), os cristãos continuavam a explorar o seu semelhante, através da escravidão condenada por Jesus Cristo, havia a crença nos presságios (Sottomayor e o óleo da lamparina derramado e as mortes do cavalo e do papagaio) etc. Na sanzala dos Van Dum, por exemplo, houve uma catolização superficial, pois o único convicto e considerado verdadeiramente católico era o patriarca. No episódio em que Angélica Ricos Olhos procurou a feiticeira tia Anita para uma vingança pelos insultos de Baltazar, ele foi o único que se manteve calmo (1997, p.338). A casa inteira ficou em alvoroço devido aos avisos (armário, candeeiro, rede e jarra) e começou a rezar para Nossa Senhora das Almas Injustiçadas e, concomitantemente, a defumar a casa e queimar ervas poderosas.

Segundo Thornton (apud VAINFAS, 2007, p. 66), este fenômeno que mantém inalterado o sistema cultural é o “cristianismo africano”, que aceita várias revelações cristãs e as combina de forma dinâmica com as diferentes cosmologias. A nobre congoleza Kimpa Vita, depois batizada Beatriz, e o seu antonionismo também exemplificam essa reinvenção do catolicismo com tradições africanas, quando o reino do Congo abraça essa religião (THORTON apud VAINFAS, 2007, p. 94). Esse discurso falacioso, que não coaduna a teoria e a prática, conduz inúmeros fatos deste romance seiscentista, tais como: a negociação de escravos entre Jinga e Baltazar (1997, p. 24), o casamento entre pessoas de religiões diferentes apenas por interesse e, principalmente, para alianças políticas (1997, p. 116), o acordo político para colocar o governador Menezes em Massangano (1997, p. 124), a fuga de Pedro César (1997, p. 144), os vícios depravados de padre Tavares (1997, p. 207), entre outros.

Ao longo da História da África, essas falácias sempre continuaram presentes, como nos tratados bilaterais (juridicamente indefensáveis e/ou moralmente condenáveis!) entre europeus e os afro-europeus. No século XIX, a Conferência de Berlim, realizada de 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885, apresentou ideais humanitários sobre o tráfico em detrimento dos interesses políticos, mas culminou na distribuição de territórios: a partilha. Esse processo de distribuição territorial, aliás, foi a maior arbitrariedade política europeia, pois atingiu a todo o continente, cortando fronteiras étnicas e linguísticas. No decorrer de 1880 a 1914, a África “se viu retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas

da Europa”(OUZOIGWE, 1985, p. 43). As potências europeias agiram rapidamente. Elas se aproveitaram de já conhecer o continente, das rivalidades interestatais e intraestaduais e, além disso, possuíam domínio de tecnologia médica e superioridade logística e militar.

O povo africano, entretanto, guerreiro e profícuo, deflagrou o seu processo de independência. Segundo Kabenguelê Munanga (1993, p. 103), isso significaria “o fim das barreiras sociais e raciais, a desmitificação da inferioridade natural dos africanos e o desmantelamento do velho espectro da superioridade natural do branco”. Portanto, este seria o momento de construir um futuro diferente, desmitificando o passado e superando o complexo de inferioridade que, de fato, favorecia a exploração. Infelizmente, as autoridades africanas perpetuaram a velha ordem mundial e, por conseguinte, a má distribuição de renda. Almeja-se que as gerações africanas futuras proporcionem uma vida digna para todos, pois os séculos de pilhagem só serviram para ratificar a insensatez do “olhar do outro” neste continente tão rico e plural.

REFERÊNCIAS

- COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992, p. 7-43.
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 29-56.
- KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. *História Geral da África*. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1980, p. 21-41.
- MUNANGA, Kabenguelê. África: trinta anos de processo de independência. *Revista USP*, São Paulo, n.18, p.110-111, 1993.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana. Da Pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 254-268.
- OUZOIGWE, Godfreiu N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: PEPETELA. *A gloriosa família*. No Tempo dos Flamengos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- REGINALDO, Lucilene. Vagas informações, fortes impressões: a África nos livros didáticos de história. *Humanas*, n. 2, p.99-121, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina Mello. Catolização e ressurreição: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento Antoniano, séculos XV-XVIII. In: *Formas de crer. Ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV e XXI*. Salvador: Editora Corrupio; Edufba, 2007, p. 47-68.

